



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

## **Edital**

### **Concurso 2010 para concessão de bolsas de mestrado PNPd-IPEA destinadas à ANPOCS**

#### **Objetivo**

Com o objetivo de estimular estudos em sua área de atuação, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), com recursos do Programa de Pesquisa para o desenvolvimento Nacional (PNPD), concederá até 20 (vinte) bolsas de mestrado anuais por intermédio da Associação Nacional de Pós-graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS).

#### **Das Bolsas**

- As bolsas de mestrado para o biênio 2010-2011 terão duração de 18 meses consecutivos, a partir de 01 de abril de 2010.
- As bolsas terão valor equivalente àquele pago mensalmente pela CAPES a bolsistas de mestrado.
- O pagamento será efetuado diretamente pelo IPEA em 18 parcelas iguais e consecutivas.

#### **Dos candidatos**

- Poderão concorrer mestrandos ingressantes em 2009, ainda não beneficiados com bolsas de estudo de qualquer instituição.



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

- Só serão admitidos candidato(a)s indicado(a)s diretamente pelos centros e programas de pós-graduação filiados à ANPOCS, cuja situação esteja regularizada junto à Associação.
- Cada centro ou programa de pós-graduação filiado à ANPOCS tem o direito de indicar 1 (um/uma) candidato (a) para concorrer à bolsa, dentre o(a)s aluno(a)s de mestrado regularmente matriculado(a)s, ingressantes em 2009, que desenvolvam pesquisa para dissertação sobre uma das áreas de interesse do IPEA, a saber:
  - (i) Inserção internacional soberana;
  - (ii) Macroeconomia do pleno emprego;
  - (iii) Fortalecimento do Estado, das instituições e da democracia;
  - (iv) Estrutura produtivo-tecnológica avançada e regionalmente articulada;
  - (v) Infra-estrutura e logística de base;
  - (vi) Proteção social e geração de oportunidades;
  - (vii) Sustentabilidade ambiental.
- As ementas de cada eixo temático podem ser conferidas no anexo deste edital.

## **Da seleção**

- Cada centro ou programa filiado à ANPOCS indicará um (a) candidato (o) em seleção interna.
- Uma banca constituída pela ANPOCS selecionará até 20 (vinte) propostas dentre aquelas inscritas regularmente pelos centros e programas filiados.



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

## Das inscrições

- As inscrições devem ser feitas junto à ANPOCS somente pela direção dos centros e programas filiados em situação regular junto à Associação.
- Devem ser enviados à ANPOCS, por sedex, os seguintes documentos:
  - (i) 4 cópias impressas do projeto do(a) candidato(a)
  - (ii) 4 cópias impressas do histórico escolar do(a) candidato(a) na graduação e na pós-graduação
  - (iii) Declaração do(a) candidato(a) de que não possui ou acumulará bolsas de mestrado.
  - (iv) Formulário devidamente preenchido e impresso (disponível no portal da ANPOCS [www.anpocs.org.br](http://www.anpocs.org.br)).
- Endereço para envio:  
**ANPOCS**  
**Concurso 2010/PNPD-IPEA/ANPOCS**  
Av. Prof. Luciano Gualberto, 315 – 1º andar – Butantã  
CEP 05508-010 - São Paulo - SP

## Dos prazos

- **Até 22 de fevereiro de 2010:** envio de projetos à ANPOCS pelos centros e programas filiados.
- **05 de março de 2010** divulgação pela ANPOCS e pelo IPEA dos bolsistas premiados, que deverão encaminhar a documentação necessária para o IPEA implementar o pagamento das bolsas.



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

## **ANEXO**

### **EMENTAS EIXOS TEMÁTICOS**

#### **1. Inserção Internacional Soberana**

Uma Nação, para entrar em rota sustentada de desenvolvimento, deve necessariamente dispor de autonomia elevada para decidir acerca de suas políticas internas e também daquelas que envolvem o relacionamento com outros países e povos do mundo. Para tanto, deve buscar independência e mobilidade econômica, financeira, política e cultural; ser capaz de fazer e refazer trajetórias, visando reverter processos antigos de inserção subordinada e desenhar sua própria história.

#### **2. Macroeconomia para o Pleno Emprego.**

O movimento das forças de mercado, por si só, não é capaz de levar economias capitalistas a situações socialmente ótimas de emprego, geração e distribuição de renda. Desta maneira, o pleno emprego dos fatores produtivos (como a terra, o capital, o trabalho e o conhecimento) passa a ser interesse e objetivo coletivos, apenas possível por um manejo de políticas públicas que articule virtuosamente os diversos atores sociais em torno de um projeto de desenvolvimento nacional sustentável e incluyente.

#### **3. Fortalecimento do Estado, das Instituições e da Democracia.**

Não existe experiência exitosa de desenvolvimento que tenha prescindido do Estado como ator estratégico nos processos nacionais de construção econômica, social e política. Paralelamente, por mais que as economias e alguns processos sociopolíticos estejam internacionalizados, importantes dimensões da vida social permanecem sob custódia das políticas nacionais, aprofundando a ideia de que o Estado-Nação é ainda a principal referência no que se refere à regulação das diversas dinâmicas que se desenrolam em seu espaço territorial. Sendo assim, é imprescindível refletir sobre os arranjos institucionais mais adequados para conjugar Estado, mercado e sociedade em torno de um modelo de desenvolvimento *incluyente, soberano e sustentável*, que seja a meta da Nação brasileira e o objetivo maior das políticas públicas.



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

#### **4. Estruturas Tecnológica e Produtiva Avançadas e Regionalmente Articuladas.**

O entendimento de que o desenvolvimento de um país soberano não pode prescindir de uma estrutura produtivo-tecnológica avançada, traz como imperativo a valorização da pesquisa e desenvolvimento em C&T como elemento indispensável do desenvolvimento nacional. Por outro lado, a compreensão de que essa estratégia e estrutura a ser implementada deve ser regionalmente articulada faz com que temáticas ligadas à territorialização e regionalização do desenvolvimento adquiram centralidade na agenda pública. Por isso, esta dimensão do desenvolvimento abrange temas de organização industrial e economia regional. Inclui ainda aspectos referentes à estrutura produtiva e à política de C&T, P&D, inovação e competitividade, como condicionantes de uma estratégia de desenvolvimento que reduza as desigualdades existentes no país.

#### **5. Infra-Estrutura Econômica, Social e Urbana**

A adequação da infra-estrutura e logística de base é uma dimensão fundamental do desenvolvimento nacional. Nela, tem destaque a atualização da matriz energética brasileira e a expansão adequada da infra-estrutura econômica e social do país, com destaque para a complementaridade entre habitação, saneamento e mobilidade. Todos os modais de transportes, fontes energéticas e telecomunicações – e as interconexões existentes entre tais dimensões – complementam o esquadro da infra-estrutura econômica e social necessária ao desenvolvimento nacional.

#### **6. Proteção Social, Direitos e Geração de Oportunidades**

No mundo contemporâneo, o avanço material das forças produtivas e o amadurecimento das instituições públicas e privadas, reforçam a idéia de que garantir direitos, promover a proteção social e gerar oportunidades de inclusão qualificada são não só objetivos teoricamente possíveis como condição necessária a qualquer projeto nacional de desenvolvimento. Visto este movimento em perspectiva histórica, percebe-se que a civilização ocidental constituiu um conjunto de parâmetros fundamentais de convívio e sociabilidade em torno dos quais passaram a se organizar certos direitos civis, políticos e sociais, balizadores da condição humana moderna. Condensados na idéia forte de cidadania, o acesso a este conjunto de direitos passa a operar como critério de demarcação para a inclusão ou exclusão populacional em cada país ou região, portanto, como critério



Associação Nacional de  
Pós-Graduação e Pesquisa  
em Ciências Sociais

de demarcação para se aferir o grau de desenvolvimento nacional em cada caso concreto.

## **7. Sustentabilidade Ambiental.**

A sustentabilidade ambiental é aqui afirmada como dimensão transversal inseparável das demais. Biomas de alta relevância devem ser alvo de proteção e de iniciativas estratégicas. O acesso à água potável e a condições sanitárias adequadas são ativos fundamentais na concepção de desenvolvimento que já se faz imperativa entre os povos do mundo. A conservação das bacias hidrográficas, portanto, deve ser compatibilizada com as atividades econômicas em geral e com os processos em curso de urbanização no mundo. A gestão da biodiversidade e da biotecnologia brasileira se converte igualmente em ativo econômico e político à inserção internacional soberana do país. Por fim, as mudanças climáticas e o fenômeno do aquecimento global devem receber atenção especial e tratamento prospectivo para que se conheçam seus alcances sobre os biomas e a própria humanidade, e para que se formulem políticas preventivas em tempo hábil.